



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 570627 - SP (2020/0079811-6)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE : ANDRE BERGAMIN DE MOURA**  
**ADVOGADO : ANDRE BERGAMIN DE MOURA - SP348790**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : WALLAS WILSON DA SILVA (PRESO)**  
**CORRÉU : DAIANE PORTO DA SILVA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WALLAS WILSON DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Alega o impetrante que "o Paciente esta preso em cumprimento de pena, entretanto a r. sentença bem como o v. acórdão, não reconheceu o benefício do tráfico privilegiado, entretanto trata-se de sentenciado primário, menor de 21 anos, não possui associação ao crime organizado, não há indícios de dedicação ao tráfico e confessou o crime, a defesa entende que deve ser beneficiado ao tráfico privilegiado" (e-STJ fls. 3/4).

Afirma que "o PACIENTE é PRIMÁRIO é pessoa integra e possui bons antecedentes e nunca respondeu algum processo criminal antes, CUMPRIU TODAS AS MEDIDAS CAUTELARES.. Cumpre ressaltar mais uma vez que, não existe vedação legal para que não seja concedida a LIBERDADE PROVISÓRIA, vez que o Acusado preenche os requisitos elencados no parágrafo único do art. 310 do Código de Processo Penal" (e-STJ fl. 10).

Defende a aplicação de "qualquer das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, de forma preferencial, aquela consistente no comparecimento periódico em Juízo, de forma a privilegiar a última ratio da Lei 12.403/2011: a prisão processual como medida extrema, nos moldes como vem sendo defendido pela doutrina penal e criminológica moderna" (e-STJ fl. 16).

Aduz que, "diante da pandemia em que a população Brasileira vem sofrendo e com expectativas catastróficas no sistema de saúde, o poder público têm adotado medidas

duras e necessárias para estagnar a propagação do covid19, como exemplo, a decretação de estado de calamidade pública e a quarentena. Nessa mesma via, o Conselho Nacional de Justiça editou a recomendação nº 62/2020, onde 'Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 [...]. O art. 5º, III, da recomendação nº 62/2020 do CNJ prevê: Art. 5º. Recomendar aos magistrados com competência sobre a execução penal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas: [...] III – concessão de prisão domiciliar em relação a todos as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução; [...]" (e-STJ fls. 4 e 6).

Pede, nesse diapasão, "a concessão LIMINAR da ordem, para que seja CONVERTIDA A PRISÃO PREVENTIVA EM LIBERDADE PROVISORIA, expedindo alvará de soltura até o presente julgamento conforme orientação do CNJ do dia 17 de março de 2020 [...]. Subsidiariamente, requer seja aplicada qualquer das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, de forma preferencial, aquela consistente no comparecimento periódico em Juízo [...] Requer ainda [...] que seja CONCEDIDA A ORDEM, liminarmente, contra a sentença do Juízo singular confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento ao Recurso para diminuição da pena. Finalmente, requer-se pela concessão de ofício, o Paciente, a redução de sua pena pelo tráfico de drogas de 1/6 a 2/3, bem como o direito a iniciar a execução da pena em regime aberto ou semiaberto, finalmente, a fixação de medidas restritivas de direitos, por melhor se adequar ao caso em tela" (e-STJ fl. 16).

É o relatório. **Decido.**

O *writ* merece ser indeferido liminarmente. Vejamos.

No que se refere à pretensão do impetrante no sentido de que seja reconhecido o tráfico privilegiado, bem como de que seja revogada a prisão preventiva e concedida medida cautelar diversa da prisão, o reexame da questão é incabível na via estreita do *habeas corpus*, dada a necessidade de revisão fático-probatória.

Com efeito, quanto a esse aspecto, a Corte de origem consignou que os réus *guardavam e tinham em depósito 189g de eppendorfs de cocaína e um tijolo de maconha, pesando 279,19g, existindo a certeza visual do crime*. Ressaltou que as provas pericial e documental, esta última consistente em depoimento dos agentes policiais - que têm

presunção de veracidade quanto a suas alegações -, constataram a materialidade e autoria do delito.

Entendeu, ainda, o Tribunal *a quo*, não haver dúvida quanto ao intuito comercial do autor, ora paciente, *levando-se em consideração a quantidade, a variedade e a forma de acondicionamento das drogas, bem como as circunstâncias que levaram à prisão em flagrante - em cumprimento de mandado de busca a apreensão em local conhecido como ponto de traficância, foram encontradas drogas na casa do casal, parte individualizada e parte a granel, além de pinos, balança de precisão e dois celulares. O crime de tráfico de drogas restou, portanto, bem tipificado e comprovado, não havendo se falar em absolvição, desclassificação para o delito previsto no artigo 28 da Lei n. 11.346/06*". Justificou o não enquadramento do delito como tráfico privilegiado em função da quantidade, qualidade e variedade das drogas apreendidas (e-STJ fls. 74/139).

Neste sentido, colaciono, a título exemplificativo, os seguintes julgados, *in verbis* (sem grifos no original):

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO. TESE NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE DE DROGAS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA, NO CASO. HABEAS CORPUS CONHECIDO, EM PARTE, E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA A ORDEM.*

*1. A tese de excesso de prazo para a formação da culpa não foi apreciada pelo Tribunal de origem, de modo que não pode ser conhecida originariamente por esta Corte, sob pena de supressão de instância. Ademais, não é possível verificar o constrangimento alegado, sobretudo porque o Réu se encontra preso há pouco mais de 1 (um) ano, já tendo sido proferida sentença - que foi anulada pela Corte de origem, apenas em parte, por ocasião do julgamento do recurso de apelação.*

*2. A manutenção da custódia cautelar encontra-se suficientemente fundamentada em face das circunstâncias do caso que, pelas características delineadas, retratam, in concreto, a periculosidade do agente, a indicar a necessidade da segregação provisória para a garantia da ordem pública, considerando-se, sobretudo, a quantidade das drogas apreendidas - "1.098,23g de cocaína; 335g de crack e 26,475g de maconha".*

*3. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.*

*4. Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa parte, denegada. (HC 535.497/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/12/2019, DJe 17/12/2019)*

*PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS.*

**EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. QUANTIDADE DO ENTORPECENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. RÉU QUE SE DEDICA A ATIVIDADES CRIMINOSAS. ALTERAÇÃO DESSE ENTENDIMENTO. REEXAME DE PROVAS. REGIME PRISIONAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. MODO FECHADO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. FALTA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITO OBJETIVO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DO CARÁTER HEDIONDO DO DELITO. NÃO RECONHECIMENTO DA FORMA PRIVILEGIADA. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA.**

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício. 2. De acordo com o art. 42 da Lei n. 11.343/2006, a quantidade e a natureza da droga apreendida são preponderantes sobre as demais circunstâncias do art. 59 do Código Penal e podem justificar a fixação da pena-base acima do mínimo legal, cabendo a atuação desta Corte apenas quando demonstrada flagrante ilegalidade no quantum aplicado.

3. Hipótese em que as instâncias antecedentes, atentas às diretrizes do art. 42 da Lei de Drogas, consideraram a quantidade da droga apreendida - 1 tijolo de maconha (356g) e 13 porções da referida substância (28g) - para fixar a pena-base em 1 ano acima do mínimo legalmente previsto, o que não se mostra desproporcional.

4. Nos termos do disposto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, os condenados pelo crime de tráfico de drogas terão a pena reduzida, de um sexto a dois terços, quando forem reconhecidamente primários, possuírem bons antecedentes e não se dedicarem a atividades criminosas ou integrarem organizações criminosas.

5. Concluído pelas instâncias antecedentes, com amparo não só na quantidade de entorpecente apreendido, mas também nas provas colhidas nos autos, que o paciente é contumaz na prática do tráfico de entorpecentes e tem ligação com organização criminosa, a alteração desse entendimento - para fazer incidir a minorante da Lei de Drogas - enseja o reexame do conteúdo probatório dos autos, o que é inadmissível em sede de habeas corpus. Precedentes.

6. O regime inicial fechado é o adequado para o cumprimento da pena de 6 anos de reclusão, em razão da aferição negativa de circunstância judicial, quantia do entorpecente, que justificou o aumento da pena-base, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

7. É inadmissível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, pela falta do preenchimento do requisito objetivo (art. 44, I, do Código Penal). 8. Após o julgamento do Habeas Corpus n. 126.292/SP (STF, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, TRIBUNAL PLENO, julgado em 17/2/2016), esta Corte passou a adotar o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal". Em outras palavras, voltou-se a admitir o início de cumprimento da pena imposta pelo simples esgotamento das instâncias ordinárias, ou seja, antes do trânsito em julgado da condenação, nos termos da Súmula 267/STJ.

9. O Supremo Tribunal Federal também reconheceu a repercussão geral do

tema (ARE 964.246/SP, Rel. Ministro TEORI ZAVASCKI) e, em 11/11/2016, decidiu, em Plenário Virtual, pela reafirmação de sua jurisprudência externada no mencionado HC 126.292/SP.

10. A Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento da Rcl 30.193/SP, firmou entendimento de que, com a orientação da Suprema Corte, nos autos do HC 126.292/SP, "a manutenção da sentença penal pela segunda instância encerra a análise de fatos e provas que assentaram a culpa do condenado, o que autoriza o início da execução da pena".

11. O não reconhecimento do tráfico privilegiado inviabiliza o afastamento do caráter hediondo do delito, nos moldes do que restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal no HC 118.533/MS.

12. Habeas corpus não conhecido.

(HC 532.964/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 25/10/2019)

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. INEXISTÊNCIA DE PROVAS PARA MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. PENA-BASE DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS EXASPERADA PELA EXPRESSIVA QUANTIDADE E VARIEDADE DE ENTORPECENTES. NÃO RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO COM BASE NA DEDICAÇÃO DO PACIENTE A ATIVIDADES CRIMINOSAS. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE ENTORPECENTES. AUSÊNCIA DE BIS IN IDEM. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PREJUDICADO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. A via habeas corpus - ação de índole constitucional marcada por cognição sumária e rito célere - não permite dilação probatória, motivo por que não é adequada para apreciação de pleito absolutório fundado em insuficiência de provas.

3. Em se tratando de crime de tráfico de drogas, o Juiz deve considerar, com preponderância sobre o previsto no artigo 59 do Estatuto Repressivo, a natureza e a quantidade da substância entorpecente, a personalidade e a conduta social do agente, consoante o disposto no artigo 42 da Lei 11.343/2006. No caso, a pena-base do acusado afastou-se do mínimo legal devido à quantidade e ao tipo de entorpecentes apreendidos.

4. A aplicação da causa de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06 depende do convencimento do Magistrado, de que o apenado, primário e de bons antecedentes, não se dedique a atividades delituosas nem integre organização criminosa. 5. Não ocorre bis in idem quando o julgador fixa a pena-base acima do mínimo legal em razão da quantidade das drogas apreendidas e afasta o redutor do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 em razão da dedicação do paciente a atividades criminosas, que restou evidenciada pelas circunstâncias da apreensão, com destaque para a expressiva quantidade de entorpecentes apreendidos. 6. A reforma do entendimento das instâncias ordinárias quanto à dedicação do paciente às atividades criminosas constitui matéria que refoge ao restrito escopo do habeas corpus, porquanto demanda percuciente reexame de fatos e provas, inviável no rito eleito.

7. Constatado o trânsito em julgado da sentença condenatória, não há que se falar em custódia preventiva ou em suspensão da execução provisória da pena, mas em prisão decorrente de sentença penal condenatória transitada em julgado. Assim, resta sem objeto o pedido revogação da prisão preventiva com imposição de medidas cautelares alternativas.

8. Habeas corpus não conhecido.

(HC 427.339/RJ, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. PROVA ILÍCITA. REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

*I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.*

*II - A análise da tese de existência de provas ilícitas demandaria aprofundado reexame do conjunto probatório, sendo inviável sua análise em razão dos limites impostos à via mandamental. III - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. (precedentes).*

*IV - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada a expressiva quantidade de droga apreendida - 50 quilogramas de maconha. Tal quantidade de drogas, aliás, revela maior periculosidade e desvalor da conduta em tese perpetrada, evidenciando a gravidade em concreto da conduta e tornando necessária a imposição da medida extrema em desfavor da paciente.*

*V - Revela-se inviável a análise de eventual pena ou regime a serem aplicados em caso de condenação, a fim de determinar possível desproporcionalidade da prisão cautelar, uma vez que tal exame deve ficar reservado ao Juízo de origem, que realizará cognição exauriente dos fatos e provas apresentados no caso concreto.*

*VI - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem à paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese.*

*Habeas Corpus não conhecido.*

(HC 430.061/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 09/05/2018)

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE**

**CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR MEDIDA DIVERSA. INADEQUAÇÃO / INSUFICIÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES.**

*1. Os Tribunais Superiores restringiram o uso do habeas corpus e não mais o admitem como substitutivo de recursos e nem sequer para as revisões criminais.*

*2. As instâncias ordinárias a quem cabe o exame das provas reconheceram indícios de autoria e materialidade o bastante para deflagrar a ação penal em curso em desfavor do paciente, de modo que o seu reexame, demandará um confronto minucioso com os documentos colacionados à ação penal em curso, medida inviável na via eleita, pois o impetrante não logrou demonstrar, de plano, fato ou causa que fragilizasse o acórdão atacado nesse ponto.*

*3. A participação do paciente em organização criminosa, voltada ao tráfico internacional de drogas, evidencia a dedicação ao delito da espécie, alicerce suficiente para a motivação da garantia da ordem pública.*

*4. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despiciendo o paciente possuir condições pessoais favoráveis.*

*5. Improcede a alegação de delonga excessiva para o encerramento da instrução criminal, quando a eventual demora foi ocasionada por envolver diferentes condutas delituosas com resultado em outros países, praticadas por elevado número de réus, que somam trinta, de modo que o processo segue seu curso dentro do viável, restando plausível, no momento, o não reconhecimento da ilegalidade aduzida.*

*6. Habeas corpus não conhecido, por ser substitutivo do recurso cabível, observando que o Juízo processante deverá dar, se o caso, celeridade no julgamento da ação penal.*

*(HC 258.770/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2013, DJe 25/09/2013)*

Por outro lado, observa-se que o pleito expedição "de alvará de soltura até o presente julgamento conforme orientação do CNJ do dia 17 de março de 2020" (pandemia relativa ao coronavírus - Covid-19) foi formulado diretamente a esta Superior Corte de Justiça, o que caracteriza supressão de instância.

Com efeito, tal pedido deve ser formulado, primeiramente, no Juízo das Execuções Criminais, a quem cabe estabelecer condições para cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto.

Nesse sentido, colaciono, a título exemplificativo, os seguintes julgados, *in verbis* ( sem grifos no original):

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. ART. 112 DA LEP. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITO SUBJETIVO. LIVRAMENTO CONDICIONAL. TEMA NÃO DEBATIDO NO TRIBUNAL A QUO.**

**SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.** 1. O art. 112 da Lei de Execução Penal dispõe que, para a concessão da progressão de regime, é necessário o preenchimento dos requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (bom comportamento carcerário). 2. Na hipótese, o indeferimento da progressão de regime foi adequadamente fundamentado pelas instâncias ordinárias, com base no cometimento de faltas disciplinares durante o cumprimento da pena e no laudo psicológico do exame criminológico. 3. "O julgador forma sua convicção pela livre apreciação da prova, de modo que, uma vez realizado o exame criminológico, não é possível suprimir dele a consideração de relatórios profissionais desfavoráveis ao deferimento de benefícios da execução penal" (AgRg no HC 426201/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 5/6/2018, DJe 12/6/2018). 4. Por outro lado, o remédio constitucional não é o mecanismo próprio para a análise de questões que exijam o exame do conjunto fático-probatório em razão da incabível dilação probatória que seria necessária. Precedentes. 5. **O tema relativo à concessão de livramento condicional não foi debatido pelo Tribunal a quo, o que impede sua análise diretamente por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.** 6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 521.374/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 19/11/2019)

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FALTA GRAVE. ATOS DE SUBVERSÃO À ORDEM E À DISCIPLINA. AUSÊNCIA DE CULPABILIDADE, CRIME IMPOSSÍVEL E ILEGALIDADE DE CONDENAÇÃO LASTREADA EM DENÚNCIAS ANÔNIMAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VÍCIO DE OMISSÃO NÃO CARACTERIZADO. CONDUTA TÍPICA E INDIVIDUALIZADA PELOS ELEMENTOS DE PROVA. DESCLASSIFICAÇÃO E ATIPICIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. PERDA DOS DIAS REMIDOS FUNDAMENTADA. WRIT DENEGADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO.** 1. **Matérias não apreciadas pelo Tribunal de origem não podem ser diretamente enfrentadas por esta Corte Superior, sob pena de supressão de instância, não se caracterizando, também, vício de omissão, visto que sequer levadas a conhecimento através do agravo em execução.** 2. No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a possibilidade de desclassificação ou reconhecimento de atipicidade. 3. A partir dos elementos de convicção trazidos da sindicância, não só formados por testemunhos indiretos, as instâncias de origem concluíram pela prática de falta grave, tipificada no art. 50, I e IV, da Lei de Execuções Penais, sendo a conduta do agravante individualizada. 4. A perda dos dias remidos em 1/3 está adequadamente fundamentada na natureza da falta grave, consistente na subversão da ordem e disciplina ao se realizar falsa comunicação de carta denúncia a vários órgãos, o que ensejou, inclusive, o recebimento de mensagens de corregedorias e ouvidorias a respeito das denúncias, bem como no histórico prisional. 5. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 519.319/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019)

Diante do exposto, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.



Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator